

CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 – Centro – Mutum – MG – CEP 36.955-000

<u>www.mutum.mg.gov.br</u> - E-mail: <u>educacao@mutum.mg.gov.br</u>

Tel: (0xx33) 3312-1850

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

<u>1 – OBJETIVO/FINALIDADE</u>

- **1.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado em obediência à Lei nº 10.520/02, que instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.2. Assim, o Termo de Referência deverá fazer parte do processo licitatório e estar à disposição dos interessados para consulta, uma vez que o Termo de Referência define, detalha e justifica a aquisição de forma precisa, bem como os critérios para aceitação do produto, a estrutura de custo, os deveres do contratado, os procedimentos de fiscalização, prazo de execução do contrato, penalidades aplicáveis, enfim, tudo que possa auxiliar a CPL ou Pregoeiro Oficial.

<u> 2 - OBJETO</u>

- 2.1. Constitui objeto deste Termo de Referência, a aquisição de VAN DE NO MÍNIMO 15 (QUINZE) LUGARES e ÔNIBUS DE NO MÍNIMO 45 (QUARENTA E CINCO) LUGARES, destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede pública de ensino, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, nas condições e disposições contidas no Termo de Convênio Nº 1261000627/2022/SEE e seu Termo Aditivo celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação SEE e o Município de Mutum/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas de Mutum/MG.
- 2.2. A descrição detalhada dos produtos encontra-se no anexo I, deste Termo de Referência, que dele passa a fazer parte integrante.

<u>3 - JUSTIFICATIVA</u>

- **3.1.** Constitui objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA firmado a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para a aquisição de veículos escolar destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede pública de ensino, conforme descrito no plano de aplicação de recursos. O presente convênio tem como objeto a mútua cooperação entre estado e município para atendimento dos alunos contemplados pelo transporte escolar, por meio de transferência de recurso financeiro estadual, destinado à aquisição de bens, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Escolas Municipais, conforme Plano de Trabalho..
- **3.2.** Por sua vez, o Município de Mutum/MG, foi contemplado com o referido incentivo, tendo sido escolhido com a premiação de valores para aquisição de uma van de no mínimo 15 (quinze) lugares e um ônibus de no mínimo 45 (quarenta e cinco) lugares; conforme descrição detalhada constante do Plano de Trabalho e Termo de Convênio.

P

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM – MG SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 – Centro – Mutum – MG – CEP 36.955-000 www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

3.3. Dentre as diversas regulamentações descritas no Termo de Convênio, a "Cláusula 3^a", "II" (compete ao (à) CONVENENTE), "h", estabelece que, compete ao convenente, a proceder à aquisição através do regular processo licitatório, nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

<u>4 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</u>

4.1. As legislações básicas a serem definidas como fundamentações para a realização do procedimento licitatório são: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/2019, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 101/00, dentre outras que regulamentam a matéria.

<u>5 – DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO SUGERIDA</u>

- **5.1.** É cediço que as legislações básicas a ser definida como fundamentações para a realização do procedimento licitatório são: Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, dentre outras que regulamentam as normas de contratação da Administração Pública.
- **5.2.** A Lei 8.666/93 prevê cinco modalidades de licitação, conforme disposto em seu artigo 22, quais sejam: **concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão**, sendo contidos no dispositivo dos cincos primeiros parágrafos, a definição de cada uma dessas modalidades. Além disso, a Lei n° 10.520/2012 criou a **modalidade de Pregão**, podendo, todavia, o mesmo ser **presencial ou eletrônico**.
- **5.3.** Por outro lado, foi editado pelo Governo Federal o Decreto nº 10.024/2019, que é enfático a afirmar que as aquisições efetuadas com recursos de transferências voluntárias do Governo Federal, serão efetuadas por Pregão, na forma Eletrônica. O caso específico trata-se de verba estadual que é indicada a ser aplicada por analogia.
- **5.4.** Ressalta-se que, o Pregão, na forma eletrônica, visa a ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, pois, amplia o universo de competidores.
- **5.5.** A modalidade de licitação, conforme mencionado, é apenas uma sugestão do órgão requisitante, devendo, para tanto, ser definida após análise de critérios técnicos elaborados pela Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro Oficial e Procuradoria Jurídica, que detém de conhecimentos técnicos para definição.

6 - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Quanto aos recursos financeiros para cobertura das despesas, informo que correrão a conta de recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Municipal de



CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 − Centro − Mutum − MG − CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

Educação, nas condições e disposições contidas no Termo de Convênio Nº 1261000627/2022/SEE e seu Termo Aditivo – celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação - SEE e o Município de Mutum/MG

<u>7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS</u>

7.1. Sugere-se que as Propostas de Preços deverão ser elaboradas em conformidade com as exigências legais já conhecidas pelo Setor de Licitação, não sendo superior ao preço médio apurado pelo município nas cotações iniciais e com validade mínima de 60 (sessenta) dias.

8 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Esta Secretaria indica que sejam consideradas habilitadas a contratar com o Município de Mutum/ MG, as empresas que apresentarem no mínimo os Documentos relativos à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, dentre outras que comprove que a empresa possui condições de atender ao objeto licitado, nos termos do art. 27 a 32 da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

9 - FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Deverá ser adotada pelo Município de Mutum/MG, como critério para formação de preços, a média de preços alcançada em cotações realizadas junto a banco de preços, painel de preços, contratações similares ou por empresas do ramo pertinente ao objeto e balizamento de preços, a serem efetuadas pelo Setor Competente.

10 – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

- **10.1.** O(s) fornecedor(es) deverá(ão) entregar os bens objeto deste Termo de Referência, <u>no prazo máximo de 30 (trinta) dias</u>, contado a partir do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento.
- **10.2.** Na entrega dos produtos a empresa deverá observar as condições de carga e descarga, ficando sob a inteira responsabilidade do fornecedor quaisquer danos ocorridos com o produto;
- **10.3.** Caso o item seja entregue em desconformidade, o mesmo será rejeitado no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento da compra e aplicação de penalidades previstas na lei, no Termo de Referência, edital ou futuro contrato.
- **10.4.** Os itens deste Termo de Referência deverão ter **garantia mínima de 12 (doze) meses** a partir da data da entrega, ou em prazo maior se dispuser o fabricante.

11 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO



CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 − Centro − Mutum − MG − CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

11.1. A Nota de Autorização de Fornecimento será autorizada, em todo caso, pelo Prefeito, ou Setor de Compras e Almoxarifado, devendo ser encaminhada por e-mail ao fornecedor, ou ainda ser retirada pelo fornecedor no próprio setor de Compras na Sede da Prefeitura Municipal de Mutum/MG.

12 - DO PAGAMENTO

- **12.1.** O pagamento referente a aquisição será efetuado em favor fornecedor, mediante depósito bancário após o atestado emitido pelo setor competente, da Nota Fiscal/Fatura, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, número do Banco, Agência e Conta Bancária da Contratada, em <u>até 30 (trinta) dias</u>, contados a partir do aceite definitivo dos produtos, desde que estejam em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável ao contratado/fornecedor;
- **12.2.** No caso de a Nota Fiscal/Fatura apresentar erros, esta será devolvida, e o pagamento será sustado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação das mesmas;
- **12.3.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal/Fatura, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento;
- **12.4.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação dos seguintes documentos:
- ✓ Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- ✓ Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
- ✓ Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- ✓ Certificado de Regularidade do FGTS
- *Será admitida comprovação também por meio de "certidão positiva, com efeito, de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- **12.5.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- **12.6.** Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- **12.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.



CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 - Centro - Mutum - MG - CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

12.8. A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todo o pagamento à contratada.

12.9. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

<u> 13 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES</u>

- **13.1.** Caberá ao CONTRATADO/FORNECEDOR o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas previstas no edital e seus anexos:
- a) Entregar os produtos objeto deste Termo de Referência de acordo com as especificações técnicas e com pontualidade;
- **b**) Comunicar ao Município de Mutum/MG, por escrito, no prazo de até 24 (vinte quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que a impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do objeto, total ou parcialmente, por motivo superveniente;
- c) Se responsabilizar por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, salientando-se que, em nenhuma hipótese, o Município ficará obrigado, ainda que solidariamente, nas relações trabalhistas e contratuais da contratada e seus funcionários, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causados a terceiros em virtude do cumprimento das obrigações, respondendo por si e por seus sucessores;
- d) Manter meios de comunicação com o município de Mutum/MG durante todo o período do contrato;
- e) Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes ao fornecimento dos produtos;
- **f**) Manter durante a vigência do contrato, o pessoal dimensionado, qualquer que seja a influência salarial do mercado de trabalho local, podendo, porém, a fiscalização exigir a qualquer momento, o aumento ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;
- g) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Cumprir fielmente todas as exigências quanto às condições de fornecimento dos produtos que constam do Termo de Referência e no futuro Edital.

CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 - Centro - Mutum - MG - CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

j) planejar, desenvolver, implantar e executar o contrato, de acordo com os requisitos estabelecidos no edital e anexos e em consonância com a fiscalização;

- **k**) Entregar os produtos dentro das normas vigentes e conforme disposições contidas no Edital com nota fiscal em nome do Município de Mutum, MG;
- l) A Contratada será responsável por garantia integral dos produtos durante o período de <u>12 (doze)</u> <u>meses</u>, a partir da emissão do termo de recebimento definitivo, sem limite de quilometragem ou horas, substituindo, reparando, ou corrigindo, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, os produtos, peças ou acessórios com avarias ou defeitos;
- **m**) A Contratada, durante o período de garantia, sempre que solicitada, independentemente de ser ou não o fabricante dos produtos, deverá realizar os serviços de assistência técnica preventiva ou corretiva em concessionaria autorizada;
- **n**) A Contratada deverá realizar as 03 (três) primeiras revisões dos produtos, por concessionária autorizada, na sede do Município de Mutum, MG, as suas expensas e sem nenhum custo para o contratante, com exceção de trocas peças a serem substituídas por desgastes natural, visando manter a garantia dos produtos.

13.2. Caberá ao CONTRATANTE:

- a) Expedir Nota de Autorização de Fornecimento, dentro das normas vigentes, indicando os locais para entrega dos produtos;
- **b**) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas do contratante quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados do contratado;
- c) Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos produtos a serem entregues e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- **d**) Permitir acesso dos empregados do contratado às suas dependências, sempre que necessário para à entrega dos produtos, nos horários previamente acordados;
- e) Solicitar a remoção, a substituição, a alteração dos produtos não aprovado pela Fiscalização do Município, ou que estiver em desacordo com as disposições contidas no Termo de Referência, Edital e contrato;
- **f**) Notificar, por escrito, a contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições, falhas no curso do contrato, fixando prazo para a sua correção, ou quaisquer falhas verificadas;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;



CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 - Centro - Mutum - MG - CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

h) Autorizar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

- i) Efetivar o aditamento ao contrato quando solicitado pela contratada e aprovado pela Fiscalização e Autoridade Superior do Município, visando a prorrogação de prazo ou preservação do equilíbrio econômico-financeiro do compromisso contratual, desde que devidamente justificado, efetuando o registro e a devida publicação nos órgãos oficiais competentes;
- j) Efetuar o pagamento dos produtos dentro dos prazos e condições previstas neste termo de referência, edital e contrato;
- **k**) Solicitar a contratada o reparo ou a substituição dos produtos, se necessário, que apresentarem defeito de fabricação durante o prazo de garantia;
- l) Efetuar todas as revisões em rede concessionarias autorizada pelo fabricante, durante o período 12 (doze) meses, para fins de manter a garantia integral dos produtos.

14 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- **14.1.** As sanções administrativas abaixo descritas, aplicáveis durante o procedimento administrativo e vigência do contrato, serão instruídas de acordo com os dispositivos legais previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- **14.2**. Se no decorrer da execução do objeto do presente instrumento, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento parcial ou total, pelo qual possa ser responsabilizada a licitante/contratado ou ainda, se o licitante/contratado não cumpri os prazos previsto neste edital e contrato, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei, poderá sofrer as seguintes penalidades:
- I- Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do contratado;
- **II.** Multa, pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado no início da execução do contrato, sendo graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:
- a) 10% (dez por cento), calculado sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, na recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o contrato, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- **b**) 10% (dez por cento), calculado sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação do contrato por culpa da contratada;

CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 - Centro - Mutum - MG - CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

c) 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da etapa do fornecimento não realizado/executado;

- **14.3.** A multa, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93;
- **14.4.** A Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta, ou, ainda, se for o caso, cobrar judicialmente;
- **14.5.** As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;
- **III.** Suspensão, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficando impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro de Fornecedores do Município de Mutum, MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:
- a) Deixar de apresentar os documentos exigidos, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- **b**) Apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registro em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- c) Retardar a execução do fornecimento por conduta reprovável da licitante/contratado, registrado em livro próprio;
- d) Não manter a proposta após a adjudicação;
- e) Cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do contrato;
- f) Fraudar a execução do contrato;
- g) Descumprir as obrigações decorrentes do contrato.
- **IV**) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Mutum, MG, que será concedida quando a contratada ressarcir pelos prejuízos resultantes da infração e após decorridos 05 (cinco) anos no caso de aplicação de suspensão;
- **14.6.** Na aplicação das penalidades previstas neste instrumento a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas justificativas da contratada, nos termos do que dispõe o Art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93;



CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 - Centro - Mutum - MG - CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

14.7. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa e nos órgãos competentes;

- **14.8.** Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- **14.9.** A recusa do adjudicatório em assinar o contrato no prazo estabelecido o impede de participar de novas licitações pelo prazo mínimo de 01 (um) ano junto a este Município ou qualquer órgão público, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei;
- **14.10.** O contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, atendida a conveniência administrativa e a critério do Município contratante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando a contratada:
- a) Abandonar o contrato imotivadamente, que configure rescisão unilateral no presente contrato ensejando o direito, a outra parte, de cobrança de multa e indenização pelo descumprimento do mesmo no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor total restante previsto à sua plena execução, tendo por base o seu período de vigência;
- b) Não cumprir quaisquer das obrigações contratuais,
- c) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização do Contratante;
- d) Incidir em outros motivos previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

15 - DA FISCALIZAÇÃO

- **15.1.** A execução das obrigações integrantes deste contrato será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, que dispõem de autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, objetivando garantir sua qualidade e conformidade com o objeto, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **15.2.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do instrumento contratual firmado com o contratado serão feito por servidor designado por Portaria, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, pela contratante.
- **15.3.** O fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto do bem adquirido, podendo utilizar, entre outras ferramentas de controle e checagem de qualidade dos produtos.
- **15.4.** A contratante se reserva ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de agente técnico credenciado ou de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência



CNPJ 18.348.086/0001-03

Praça Benedito Valadares nº 178 - Centro - Mutum - MG - CEP 36.955-000

www.mutum.mg.gov.br - E-mail: educacao@mutum.mg.gov.br

Tel: (0xx33) 3312-1850

estão sendo cumpridas pelo contratado. Para tal, o mesmo deverá garantir ao agente técnico credenciado livre acesso às dependências da contratada.

16 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O presente contrato terá vigência de **04** (**quatro**) **meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado quando solicitado pela Contratada, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo Município, observado o disposto nos incisos I a VI do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993, devendo o munícipio realizar os apostilamentos que se fizerem necessários.

<u>17 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS</u>

- **17.1.** A empresa licitante que for adjudicada o objeto, compromete-se integralmente pela qualidade dos produtos a serem fornecidos, observado as normas legais e técnicas pertinentes, aplicando-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor e outras normas.
- 17.2. Estará sempre reservado ao Município de Mutum/MG, em qualquer fase do processo, antes da assinatura do Contrato Administrativo, o direito de, por despacho motivado, que dará ciência aos licitantes, revogar a licitação por razões de interesse público ou anular por ilegalidade ou vícios insanáveis, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização, por empresas interessadas ou proponentes.
- **17.3.** A participação na licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos do Edital, Termo de Referência (e seu anexo) e contrato, bem como na observância das normas técnicas de segurança e gerais aplicáveis à matéria.
- **17.4.** Os casos omissos ou não regulados pelo presente Termo de Referência serão discutidos, analisados e decididos pela Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro Oficial, podendo, para tanto, inserir outras cláusulas no Edital que não constem neste projeto, desde que em conformidade com a legislação vigente e que visam a garantia da administração na aquisição dos produtos.

Mutum, MG, 4 de agosto de 2023.

MARCIA LUIZA PIRES DE ARAÚJO DE SÁ Secretário Municipal de Transporte e Obras Públicas